

RECURSO

Recorrente: MAXVIDEO COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.517.258/0001-58

Recorrida: PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.505.498/0001-60

Referência: Pregão Eletrônico nº 90001/2024. Terceirização: apoio administrativo (editor de TV e vídeo) – Processo Administrativo nº 23343.000455.2024-25

DOS FATOS E DO DIREITO

O recurso, apresentado pela empresa MAXVIDEO COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.517.258/0001-58, ora sob análise, volta-se contra a decisão que julgou aceita a proposta apresentada pela empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.505.498/0001-60, notadamente no que respeita a suposto preterimento de seu direito de ver-se vencedora do certame, em função de a recusa de sua proposta ter-se operado em razão de possível equívoco no dimensionamento de seus custos tributários. Destaque-se que a licitação se processou pelo critério de menor valor por grupo (e de seus itens componentes). A recorrida apresentou as suas razões contrarrecursais.

Primeiramente, deve-se ter por certo que a recorrente, com exceção do alegado equívoco no dimensionamento de seus custos tributários, atendeu a todos os demais ditames editalícios, no que respeita ao julgamento de sua proposta. A Planilha de composição de custos e formação de preços é instrumento AUXILIAR, tanto à Administração, para a aferição dos valores estimados da licitação, quanto aos potenciais fornecedores, para a construção de suas respectivas propostas. O que se requer dos proponentes é que as suas planilhas contenham a indicação de custos diretos e indiretos obrigatórios (alguns, estimados; outros, fixos). É dizer: os potenciais fornecedores, quando da elaboração de suas propostas, podem adotar modelo de planilha compositiva e formativa próprio, desde que o justifiquem.

Pois bem. Diante da recusa da proposta da recorrente, o proponente subsequentemente classificado teve a oportunidade de apresentar a sua proposta;

igualmente, teve-a recusada pelo mesmo motivo, acrescido de outros (ex.: "...analisando-se a planilha de composição de custos e formação de preços, não foram atendidas as solicitações constantes nas alíneas "a", "c" e "d" da diligência..."). A proponente ordenada em terceiro lugar logrou êxito em cumprir as diligências requeridas; logo, teve a sua proposta aceita, e viu-se habilitada.

De todo o ocorrido, existem registros documentais (termo de julgamento e habilitação; documentos comprobatórios remetidos; e termo de adjudicação e homologação), de livre e ampla consulta.

É cediço – e inquestionável – que a recorrente é beneficiária da desoneração da folha de pagamento de seus empregados; quanto a este ponto, não houve, de parte deste agente de contratação, qualquer questionamento. O questionamento que, ao final, resultou na desclassificação de sua proposta, teve por mérito a extensão de tal benefício a eventual contrato de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização), cuja execução se deve dar fora de sua sede, de modo permanente (o recorrente teve a oportunidade de corrigir a sua planilha de composição de custos e formação de preços; ou, em sendo o caso, apresentar documentos comprobatórios da situação apresentada). Aparentemente, o recorrente confundiu tal modo de contratação com a prestação de serviços ocasional, periódica, sem a cessão de mão de obra. (Frisa-se que o seu pedido recursal tem lastro demonstrativo em contratos outros, ora mantidos, cujo objeto não é terceirização – veja-se tais contratos, compilados, no seguinte endereço eletrônico: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes/150-pregao-eletronico/6252-pregoes-eletronicos-2024-ifsuldeminas-uasg-158137>) (O contrato nº 015/2019, apontado como firmado com o STJ, não é titularizado pela recorrente, como consta em documento disponível no mencionado link; o contrato nº 068/2019, firmado com o STF, não foi encontrado, mas encontrou-se a ata do pregão eletrônico que o originou). Ou seja: de diligência realizada por este pregoeiro, restou claro que o fornecedor não é detentor de contratos que tenham por objeto cessão de mão de obra com dedicação exclusiva de que se tenha valido da prerrogativa da desoneração. Deixa-se claro, desde logo, que o recorrente não logrou atender, integralmente, aos termos do art. 11, § 4º, da IN RFB nº 2053/2012 ("A empresa contratada deverá **comprovar**, à empresa contratante, a opção pela tributação substitutiva de que trata o art. 2º, e **declarar**, conforme o modelo constante do Anexo III, que recolhe a contribuição previdenciária na forma prevista no caput dos arts.

7º ou 8º da Lei nº 12.546, de 2011”). Houve a mera declaração, inclusive feita no modelo formal da referida instrução normativa; não houve, todavia, a comprovação requerida pela norma citada.

O proponente é o único responsável pela correta previsão de seus encargos tributários, ao passo que a Administração deve ser zelante pelo cumprimento dos princípios legais retores da licitação. Ora, em franca homenagem aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, da transparência, da eficácia, da motivação, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade e da economicidade (Lei nº 14.133/2021, art. 5º), o recorrente teve a oportunidade de retificar a sua planilha de composição de custos e formação de preços, ou, em sendo necessário, colacionar documentos bastantes ao esclarecimento das dúvidas suscitadas pelo condutor do certame (Lei nº 14.133/2021, art. 59, IV, e § 2º); na ocasião, o recorrente enviou três documentos, assim nomeados: CNPJ Maxvídeo; E-SOCIAL DESONERAÇÃO; SOBRE DESONERAÇÃO. Este último, inclusive, traz excerto de decisório do Tribunal de Contas da União (TCU) que admite, na forma da legislação tributária (Lei nº 12.546/2011), a adoção do regime desonerado na situação ora sob exame. Reitere-se: em sede de diligência, na etapa de julgamento do pregão, o recorrente trouxe à análise documentos declaratórios, mas não documentos comprobatórios; com isso, operou-se a preclusão. Igualmente, o segundo e o terceiro concorrentes tiveram oportunidade, em diligência, de retificar a sua proposta e, em sendo o caso, de adequadamente instruí-la.

Veja-se que a recusa da proposta se deu sob o argumento de que *“Não se vislumbra a incidência do benefício da desoneração ao caso presente (Lei nº 12.546/2011, art. 9º, § 9º, c.c. MP nº 1.208/2024, que revogou dispositivos da MP nº 1.202/2023)”*; isso, pela não demonstração documental do adequado enquadramento. É dizer: desde que afirmado, pela recorrente, que a totalidade de sua receita se submete ao regime desonerado, deduz-se que a sua situação não se enquadra na previsão do art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.546/2011, que requer o desdobramento das bases de cálculo; logo, em tese, enquadra-se na previsão do art. 9º, § 9º. Todavia, o CNAE da sua atividade principal, conforme consta no cartão CNPJ, é o 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; aparentemente, este CNAE, do que se vislumbra da legislação, não é hábil a permitir a incidência da previsão do art. 9º, § 9º, da Lei nº 12.546/2011, ressalvada instrução

documental suficiente. Também, eventual submissão às regras da Medida Provisória nº 1.202/2023 foi descartada, posto que tenha havido a derrogação (revogação parcial) do normativo.

Então, diante da insuficiência documental e do exaurimento da via diligencial, a proposta, segundo o julgamento deste agente de contratação, foi recusada, para que, ato subsequente, se prestigiasse o direito dos proponentes subsequentemente classificados tivessem a oportunidade de ver as suas propostas analisadas, nas mesmas condições.

Em complemento, deixa-se claro que a recorrida, em suas razões, propugnou pela manutenção da decisão que a declarou vencedora, de acordo com o que aqui se analisou.

DA CONCLUSÃO

Analisando as razões recursais da recorrente e as razões contrarrecursais da recorrida, bem como os requisitos do edital, a legislação vigente e os princípios administrativos, verifica-se que não se afiguram motivos para a reconsideração da decisão de declarar vencedora a empresa recorrida.

Diante do exposto, CONHEÇO do recurso, uma vez que presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, com lastro nos posicionamentos levantados, NEGO PROVIMENTO, decidindo pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de retorno à etapa de julgamento.

Encaminha-se a presente decisão para ratificação, ou não, da autoridade competente.

JOÃO CARLOS FERREIRA

Agente de contratação

(Portaria nº 129, de 23 de janeiro de 2024)